

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8034393-57.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma IMPETRANTE: LUDMILLA SANTOS RIOS PACIENTE: VANDERLEI SANTOS ARAÚJO Advogado (s): LUDMILLA SANTOS RIOS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE MAIRI, VARA CRIMINAL Relator: Des. Pedro Augusto Costa Guerra ACORDÃO EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL. 08 ACUSADOS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA PARA O TRÁFICO DE DROGAS. NOTÍCIA DE PRÁTICA DE EXTORSÃO CONTRA AUTORIDADE MUNICIPAL. ARGUMENTAÇÕES INSUBSISTENTES. INFORMAÇÃO DE QUE O PACIENTE EMPREENDEU FUGA, ENCONTRADO-SE EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. I – Após Investigação Policial preliminar, foi decretada a prisão do Paciente juntamente com mais 07 acusados por suspeita de crime de tráfico de drogas em diversas cidades do interior da Bahia. II – Alega o Impetrante a configuração de constrangimento ilegal por ausência de fundamentação idônea do decreto de prisão. III – As circunstâncias descritas no caso evidenciam a presença dos requisitos necessários para a imposição de medida cautelar, uma vez que, conforme destacado na Decisão Preventiva, restou pontuada a necessidade de se garantir a ordem pública, sobretudo quando consignou que “o modo de agir, com a traficância em diversas cidades da região, a ameaça e extorsão do Prefeito de Várzea da Roça, demonstram a gravidade concreta da conduta praticada.”. IV – Se isso não fosse suficiente, o Magistrado informou que “desde a decretação da prisão preventiva, o Paciente está foragido, em local incerto e não sabido, mesmo ciente da existência da referida ordem prisional.”. V – Outrossim, não há, nos autos, elementos que justifiquem a revogação da prisão preventiva do Paciente, como afirmado pelo Impetrante, estando ausentes, por outro lado, motivos para se alterar a medida adotada pelo juízo de primeiro grau. De igual modo, também não ficou evidenciada a possibilidade de substituição da segregação por uma das medidas alternativas à prisão, previstas no art. 319 do CPP. VI – Parecer da Procuradoria de Justiça pela denegação da Ordem. VII – WRIT DENEGADO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8034393-57.2024.8.05.0000, da Vara Criminal da Comarca de Mairi/BA, sendo Impetrante LUDMILLA SANTOS RIOS, e, Paciente, VANDERLEI SANTOS ARAÚJO. ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade de votos, em denegar a Ordem impetrada, sob os seguintes fundamentos. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA APÓS A SUSTENTAÇÃO ORAL DA ADVOGADA DRA. LUDMILLA SANTOS RIOS, O RELATOR DES. PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA FEZ A LEITURA DO VOTO PELA DENEGACÃO DA ORDEM, ACOMPANHA A TURMA JULGADORA À UNANIMIDADE. Salvador, 30 de Julho de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8034393-57.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma IMPETRANTE: LUDMILLA SANTOS RIOS PACIENTE: VANDERLEI SANTOS ARAÚJO Advogado (s): LUDMILLA SANTOS RIOS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE MAIRI, VARA CRIMINAL Relator: Des. Pedro Augusto Costa Guerra RELATÓRIO Cuida-se de Habeas Corpus, impetrado em favor de VANDERLEI SANTOS ARAÚJO, apontando como autoridade coatora o douto Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Mairi/BA (Processo 1º Grau nº 8000037-81.2023.8.05.0158). Na petição inicial, a Impetrante afirma que o Paciente foi denunciado pela prática de delitos previstos no

art. 33, caput, e 35, da Lei nº 11.343/2006, com aplicação da Lei nº 8.072/1990, e teve sua prisão preventiva decretada. Alega a configuração de constrangimento ilegal em desfavor do Paciente, em razão da ausência de fundamentação do decreto de prisão preventiva. Destaca, ainda, que houve a revogação da prisão de outros Acusados que respondem pelos mesmos fatos. Pugna pela concessão da ordem, in limine, para fazer cessar o constrangimento ilegal, no sentido de revogar a prisão preventiva, com ou sem aplicação de medida cautelar diversa da prisão. Ao final, a concessão definitiva da ordem no mesmo sentido da medida de urgência. Liminar indeferida, ID 62835330. Foram prestadas as informações judiciais, ID 62930777. Colheu-se o Parecer da Procuradoria de Justiça, que se manifestou pela denegação da Ordem (ID 63783963). É o relatório. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8034393-57.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma IMPETRANTE: LUDMILLA SANTOS RIOS PACIENTE: VANDERLEI SANTOS ARAÚJO Advogado (s): LUDMILLA SANTOS RIOS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE MAIRI, VARA CRIMINAL Relator: Des. Pedro Augusto Costa Guerra VOTO Cuida-se de Habeas Corpus, impetrado em favor de VANDERLEI SANTOS ARAÚJO, apontando como autoridade coatora o douto Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Mairi/BA (Processo 1º Grau nº 8000037-81.2023.8.05.0158). Na petição inicial, a Impetrante afirma que o Paciente foi denunciado pela prática de delitos previstos no art. 33, caput, e 35, da Lei nº 11.343/2006, com as aplicações da Lei nº 8.072/1990, e teve sua prisão preventiva decretada. Alega a configuração de constrangimento ilegal em desfavor do Paciente, em razão da ausência de fundamentação do decreto de prisão preventiva. Nesta Ação o Impetrante aponta a configuração de constrangimento ilegal pela ausência de fundamentação idônea do decreto de prisão a justificar a aplicação da medida extrema. Pois bem. Passo agora a análise do decreto de prisão preventiva. Ao decretar a prisão preventiva do Paciente o Magistrado destacou: “[...] Analisando-se a representação e os documentos que a acompanham, entendo que deve ser decretada a prisão preventiva dos representados, porque foram cumpridos os requisitos dos arts. 311, 312 e 313 do CPP, bem como se mostram inadequadas e insuficientes medidas cautelares diversas. Há representação da Autoridade Policial pugnando pela decretação da prisão preventiva (art. 311 do CPP). Atribui-se aos agentes a prática dos crimes de ameaça (art. 147 do CP), extorsão (art. 158 do CP), homicídio (art. 121 do CP) e tráfico de drogas e associação para o tráfico (arts. 33 e 35 da Lei m. 11.343/2006), todos dolosos e cujo somatório de penas é superior a 4 (quatro) anos (art. 313, inc. I, do CPP). (...) A materialidade e os indícios de autoria dos delitos de ameaça, extorsão e de tráfico de drogas e associação para o tráfico, estão evidenciados pelos depoimentos do Sr. DANILLO SALES RIOS, da testemunha envelopada e pelos áudios acostados aos autos. Tais elementos de prova demonstram, em juízo de cognição sumária, própria da etapa procedimental, que o representado EMERSON ameaçou e extorquiu o Sr. DANILLO, bem como que ele (EMERSON) e os demais representados se associaram para comercializar drogas na cidade de Várzea da Roça e região. Nesse sentido, merece destaque o depoimento do Sr. DANILLO, que disse ter sido ameaçado pelo representado EMERSON em razão de supostamente ter o delatado para CIPE SEMI-ÁRIDO. Veja-se (fl. 11 do Id. 285191575): (...) Os áudios de Ids. 285191582 e seguintes corroboram a ameaça relatada pelo Sr. DANILLO e a extorsão por ele sofrida, porque o representado EMERSON (que reconhece sua identidade nos áudios) diz que o fato de DANILLO ser prefeito não o impede

de matá-lo e exige a ausência de policiamento na festa de aniversário da vítima e informações sobre o novo delegado da cidade. No tocante aos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico, deve ser ressaltado o depoimento da testemunha envelopada, encartado nas fls. 13 e 14 do Id. 285191575. A testemunha indicou com riqueza de detalhes os seguintes dados: a) quem são líderes do tráfico em Várzea da Roça (JIVALDO, PUPU, SIVANILDO e BOB); b) as funções dos demais envolvidos: b.1) EMERSON seria o gerente; b.2) AELSON ("PISCA") e MAURILIO seriam guarda-costas de EMERSON; b.3) MAURILIO seria também gerente do tráfico no Distrito de Angico; b.4) WENDISON e LUCINEIDE armazenariam drogas em sua residência e estabelecimento comercial; b.5) AELSON ("VAQUEIRO") armazenaria drogas em sua residência; b.6) VANDERLEI seria responsável pelo transporte de drogas entre Várzea da Roça e Mairi; b.7) JOSÉ MILTON faria o transporte de drogas entre Feira de Santana, Jacobina e Várzea da Roça. Pela importância do depoimento, transcrevo-o em sua integralidade: (...) A situação, em meu entender, demonstra a periculosidade dos agentes e o risco concreto de reiteração delitiva, a ensejar a necessidade proteção da ordem pública, especialmente quando se considera o modo de agir dos representados, que, à luz do que consta nos autos, em juízo liminar, praticam traficância de entorpecentes em Várzea da Roça e região. (...) Como dito, o modo de agir, com a traficância em diversas cidades da região, a ameaça e extorsão do Prefeito de Várzea da Roça, demonstram a gravidade concreta da conduta praticada.". (ID 62647297) Pois bem. Como se vê, as circunstâncias descritas no caso evidenciam a presença dos requisitos necessários para a imposição de medida cautelar, uma vez que, conforme destacado na Decisão Preventiva, restou pontuada a necessidade de se garantir a ordem pública, sobretudo quando consignou que "o modo de agir, com a traficância em diversas cidades da região, a ameaça e extorsão do Prefeito de Várzea da Roça, demonstram a gravidade concreta da conduta praticada.". Se isso não fosse suficiente, o Magistrado informou que "desde a decretação da prisão preventiva, o Paciente está foragido, em local incerto e não sabido, mesmo ciente da existência da referida ordem prisional.". Nota-se a necessidade de maior cautela para averiguação dos fatos narrados, restando imperiosa a segregação cautelar em razão da gravidade em concreto e do modus operandi a denotarem que sobressai dos autos a correta adequação aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Esse entendimento segue o do Superior Tribunal de Justiça, vejamos: "1. Esta Corte firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP. Convém, ainda, ressaltar que, considerando os princípios da presunção da inocência e a excepcionalidade da prisão antecipada, a custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP. 2. A prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias a sua necessidade a fim de assegurar a aplicação da lei penal. Sublinhou-se a higidez dos requisitos ensejadores da prisão cautelar, acrescentando-se que o agente empreendeu fuga após a prática do delito, com duas tentativas frustradas de citação pessoal e não comparecimento do paciente aos autos após a citação por edital. Ressalte-se que já se passaram mais de três anos das tentativas de citação sem notícias do acusado. 3. É pacífico neste Sodalício a possibilidade de

decretação da prisão preventiva, em virtude da fuga do paciente do distrito da culpa, de modo a garantir a aplicação da lei penal, resguardando, nesse contexto, o princípio da prevenção geral e o resultado útil do processo. 4. Constata-se que a questão relativa à violação ao princípio da homogeneidade constitui inovação recursal, uma vez que não deduzida na petição do habeas corpus, o que impede sua análise no presente agravo regimental. 5. A presença de condições pessoais favoráveis, como primariedade e bons antecedentes, não impede a decretação da prisão preventiva, quando devidamente fundamentada, assim como inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para manutenção da ordem pública. 6. Agravo regimental não provido." (STJ, AgRg no HC 898.142/SE, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 03/07/2024). Outrossim, não há, nos autos, elementos capazes de justificarem a liberdade provisória do Paciente, como afirmado pelo Impetrante, estando ausentes, por outro lado, motivos para se alterar a medida adotada pelo juízo de primeiro grau. De igual modo, também não ficou evidenciada a possibilidade de substituição da segregação por uma das medidas alternativas à prisão, previstas no art. 319 do CPP. Destarte, acolhendo o Parecer Ministerial, voto pela denegação da ordem de Habeas Corpus. É como voto. Salvador, Sala das Sessões, _____ -
Presidente _____ - Relator Des. PEDRO AUGUSTO
COSTA GUERRA _____ Procurador (a) de Justiça